

**LEI Nº 1.288/2017**

**DE 27 DE JUNHO DE 2017**

**REVISA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, COMPOSTO PELOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E, SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM URBANA.**

---

**GILBERTO PEDRO HAMMES, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ,** Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Revisa o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos Anexos, com o objetivo de articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução de serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, de manejo de águas pluviais e drenagem urbana, em todo o território do Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ, EM 27 DE JUNHO DE 2017.

**Gilberto Pedro Hammes**  
**Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se

**Inês L. E. Dapper**  
**Secretária Municipal de Administração**

## 1. APRESENTAÇÃO

Para elaboração deste relatório foi constituído um grupo de trabalho denominado de Comissão Gestora do Plano Municipal de Saneamento Básico, nomeada pela Portaria 377/2017, de 22 de maio de 2017, a qual elaborou o conjunto de atividades e tarefas aqui descritas, com o objetivo de atender ao que determina a Constituição Federal e, detalhadamente, os preceitos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010.

O presente Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) prevê a participação popular na discussão do mesmo por meio de audiências públicas realizadas para debater as políticas públicas de saneamento, construídas pela representatividade da comunidade Inha-corense.

O PMSB São José do Inha-coreá/RS buscou integrar em seu diagnóstico a avaliação dos serviços nos quatro componentes do Saneamento Básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais), identificando as interfaces e as possíveis formas de integração das funções e atividades de gestão desses componentes, tais como:

- Promover a adequação e integração das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico, aos objetivos e diretrizes das leis municipais vigentes;
- Promover a integração das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico aos demais planos locais e regionais das políticas de saúde, habitação, mobilidade, meio ambiente, recursos hídricos, prevenção de risco e inclusão social;
- Promover a compatibilização do Plano Municipal de Saneamento Básico com o Plano da Bacia Hidrográfica onde o município está inserido.

O PMSB de São José do Inha-coreá/RS prevê ainda a formulação de objetivos, diretrizes e instrumentos metodológicos do processo de participação social, pautado pelos pressupostos deste documento, pelos princípios, diretrizes e instrumentos definidos na legislação aplicável e pelos Programas e Políticas Públicas com interface com o Saneamento Básico, em particular, de acordo com as leis, decretos, resoluções e normativas:

- Lei nº 10.257/01 – Estatuto das Cidades;
- Lei nº 11.445/07 – Lei Nacional do Saneamento Básico;
- Lei nº 11.107/05 – Lei de Consórcios Públicos;
- Lei nº 8.080/1190 – Lei Orgânica da Saúde;
- Lei nº 8.987/1995 – Lei de Concessão e Permissão de Serviços Públicos;
- Lei nº 11.124/05 – Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;
- Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2012, que Regulamenta a Lei nº 11.445/2007;
- Portaria nº 2.914, de 11 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde e Decreto nº 5.440/05 – Definem os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle de qualidade da água para consumo humano e à informação ao consumidor sobre a qualidade da água;
- Resolução nº 75, de 02/07/09, do Conselho das Cidades - Trata da Política e do Conteúdo Mínimo dos Planos de Saneamento Básico;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA 283/2001 - Dispõe sobre tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

Além desses dispositivos, foram consideradas, as seguintes normativas de âmbito local e regional:

- Lei Orgânica Municipal;
- Lei nº 909/2010 - Define a Nova Zona Urbana do Município;
- Lei nº 840/2009 – Lei de Diretrizes Urbana - LDU
- Lei nº 061/1993 – Normas sobre Política Administrativa - Código de Posturas;
- Lei nº 062/1993 – Código de Obras;
- Lei nº 106/1994 - Parcelamento do Solo Urbano;
- Lei nº 841/2009 - Código de Meio Ambiente,
- Plano Ambiental;
- Plano Local de Habitação de Interesse Social;
- Planos da Bacia Hidrográfica em que o Município está inserido;

Neste intuito, estão previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico de São José do Inhacorá/RS, as três fases contemplando nove etapas de execução, culminando com a aprovação final do Plano em audiência pública e pela Câmara Municipal de Vereadores, conforme proposto no Quadro 1, que consta abaixo:

**Quadro 1:** Fases de elaboração do PMSB.

<b>FASE I - Planejamento do Processo</b>
Etapa 1 – Nomeação da Comissão Gestora, Grupo de Trabalho, para atuar na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
Etapa 2 – Elaboração do Plano de Trabalho e estudo do material de apoio.
<b>FASE II – Elaboração do PMSB</b>
Etapa 3 – Aquisição de Informações básicas,
Etapa 4 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico;
Etapa 5 – Caracterização da situação atual para definição de prognósticos e alternativas para a universalização, Condicionantes, Diretrizes, Objetivos e Metas;
Etapa 6 – Ações para emergência e Contingência;
Etapa 7 – Mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do PMSB;
Etapa 8 – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.
<b>FASE III – Aprovação do PMSB</b>
Etapa 9 – Aprovação do PMSB em Audiência Pública e pela Câmara Municipal de Vereadores.

## 2. OBJETO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de São José do Inhacorá/RS surge como instrumento de política pública, cuja instituição se apresenta obrigatória a partir da Lei Federal 11.445/2007. Este vem representar o instrumento central da gestão dos serviços de saneamento concedidos. Dele emanarão os comandos que estabelecerão as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, definindo os objetivos e as metas para a universalização dos mesmos, bem como programas, projetos e ações necessários para alcançá-las. O mesmo visa a definir funções dos serviços públicos de saneamento e estabelecer a garantia do atendimento essencial à saúde pública, os direitos e deveres dos usuários, o controle social, sistemas de informação, a regulação, entre outros.

Os serviços, objeto desse PMSB compreendem:

**a) Abastecimento de Água:** Constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a adução até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

**b) Esgotamento Sanitário:** Constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados de esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o lançamento final no meio ambiente;

**c) Limpeza urbana e Manejo de resíduos sólidos:** Conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico, industrial, resíduos da construção civil e da saúde e dos resíduos originários de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

**d) Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas:** conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de retenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

O plano abrange a sede municipal, as localidades de Santo Antônio, Barra Seca, Mato Queimado, Cinco Barulhos, Poço Traíra e Ponte Alta, além das linhas da Barra, Oito, Usina, Jundiá, Itu, Caramuru, Esquina Wünsch, Bagé, Giacomelli, Berft, Fritzen, Steiger, Ilha, Buricá, Floresta e Central.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. – Objetivos Básicos

Esse Plano tem por objetivo específico a definição de critérios para implementação de políticas públicas que promovam a universalização do atendimento, o constante aperfeiçoamento e a eficácia das intervenções a serem propostas promovendo a saúde, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, tem como ponto de partida um diagnóstico geral do município, partindo de um diagnóstico social passando por amplo diagnóstico dos elementos que compõe o sistema de saneamento e culminando em propostas e projetos para sempre mais aperfeiçoar os serviços.

Prever a implantação de instrumentos norteadores de planejamento relativos a ações que envolvam a racionalização dos sistemas existentes, obtendo-se o maior benefício a um menor custo. Com isso, espera-se aumentar ainda mais os índices de satisfação da população, contribuir para a não existência e a redução das desigualdades sociais ainda existentes e desenvolvimento econômico do município e da região, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida.

Na priorização das ações, foram consideradas a otimização na aplicação dos recursos e a necessidade de responder ao desafio de oferecer um serviço público de qualidade.

#### 3.2. - Objetivos específicos

A Lei Federal nº 11.445/2007 e o Decreto Regulamentador nº 7.217/2010 visam dotar o município de uma Política de Saneamento Básico e o Gestor Público Municipal de instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo, que atenda as necessidades presentes e futuras de infraestrutura da cidade preservando principalmente as condições de salubridade para o habitat humano, a saúde pública e a participação da sociedade.

Nesse sentido, a política de saneamento básico deverá:

a) definir as diretrizes e princípios para os serviços de saneamento básico;

b) definir modelo de sistema jurídico institucional e os instrumentos de gestão dos serviços; a forma de sua prestação, as condições a serem observadas nos contratos de prestação, concessão ou de programa, inclusive as hipóteses de intervenção e de extinção e retomada dos serviços; os parâmetros de qualidade e eficiência do uso racional dos recursos naturais e as metas de atendimento;

c) estabelecer as condições para a articulação institucional dos atores e da gestão dos serviços considerando os quatro componentes do saneamento básico;

d) definir as normas de regulação e constituir ou designar o ente responsável pela regulação e fiscalização, bem como os meios para a sua atuação;

e) estabelecer as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico financeiro dos serviços, incluindo o sistema de cobrança, a composição e estrutura das taxas e tarifas, a sistemática de reajustes e revisões e a política de subsídios;

f) estabelecer os parâmetros, as condições e responsabilidades para a garantia do atendimento essencial da saúde pública;

g) estabelecer garantias e condições de acesso de toda a população à água, em quantidade e qualidade que assegurem proteção à saúde, observadas as normas relativas à qualidade da água para o consumo humano, bem como a legislação ambiental e de recursos hídricos;

h) fixar os direitos e deveres dos usuários, observadas a legislação, em particular o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) e o Decreto nº 5440/05;

i) instituir fundo de universalização dos serviços de saneamento básico, estabelecendo as fontes de recursos, sua destinação e forma de administração, conforme disposto no art.13 da Lei Federal nº 11.445/2007;

j) estabelecer os instrumentos e mecanismos para o monitoramento e avaliação sistemática dos serviços, por meio de indicadores para: aferir o cumprimento de metas; a situação de acesso; a qualidade, segurança e regularidade dos serviços; e os impactos nas condições de saúde e na salubridade ambiental;

l) instituir o sistema de informações sobre os serviços articulado ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS);

m) estabelecer os instrumentos e mecanismos que garantam acesso à informação e a participação e controle social na gestão da política de saneamento básico, envolvendo as atividades de planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços, na forma de conselhos da cidade e similares com caráter deliberativo;

n) estabelecer mecanismos de cooperação com outros entes federados para a implantação da infraestrutura e serviços comuns de saneamento básico;

o) prever mecanismos capazes de promover a integração da política de saneamento básico com as políticas de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, habitação e outras que lhe sejam correlatas.

#### **4 – METODOLOGIA**

A metodologia utilizada partiu do levantamento de dados cadastrais referentes aos quatro componentes do saneamento básico, realização de reuniões técnicas entre a Comissão Gestora e a Comissão Executiva, realização de pesquisas de campo para atualização de informações e dados, associada a audiências públicas com a sociedade em geral, visando à formulação de um diagnóstico adequado e real no sentido de discutir propostas e objetivar resultados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Assim, a partir do conjunto de elementos de informações, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos, programas, execução, avaliação e controle social, se tornaram possíveis à construção de um planejamento e execução das ações de saneamento no âmbito territorial do município que foram submetidas à apreciação da sociedade civil.

## **5.- IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS**

Na etapa de coordenação, participação social e comunicação foi constituído uma Comissão Gestora - Grupo de Trabalho, com o objetivo de organizar as etapas e atividades preparatórias para a elaboração do PMSB, bem como a organização administrativa do processo, instituição do processo de participação social e de comunicação social, formulação preliminar dos princípios, diretrizes e objetivos, para a busca das informações e formulação da proposta do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São José do Inhacorá/RS.

Os agentes envolvidos são:

### **5.1 – Comissão Gestora (Grupo de Trabalho)**

Constituída conforme Portaria 377/2017, de 22 de maio de 2017 e composto pelos seguintes membros:

- Representante da Secretaria Municipal da Fazenda: Devanir Willers, ficando a cargo deste a Coordenação da Comissão;
- Representante da Secretaria Municipal de Administração: Inês Ludemila Engster Dapper e Gilberto Ferrari;
- Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Turismo: Adriane Regina Spohr e Valmir Dilli;
- Representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito: Erasmo Luis Fritzen e Danilo Wünc;
- Representantes da Secretaria Municipal do Agronegócio e Meio Ambiente: Altair Mauricio Dill e Jevesson Leandro Muniz Fabbrin;
- Representante da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Habitação: Adriane Emilia Weirich;
- Representante da Secretaria Municipal da Saúde: Eliete Beatriz Haupenthal
- Representante do Setor de Planejamento: Romeu Inácio Kuntz Wolfart.

### **5.2 – Comissão Executiva**

Instituída pela Comissão Gestora para realizar trabalho de campo e trabalhar ativamente na formulação do PMSB, composta conforme abaixo descrito:

- Especialista em Direito Ambiental  
*Devanir Willers*
- Técnico Agrícola e Graduado em Agronomia  
*Jevesson Leandro Muniz Fabbrin*
- Agentes Comunitários de Saúde da Família  
*Fabiane Knob Pietrzacka*  
*Lauri Pedro Spohr*  
*Lenir Inês Stein Spohr*  
*Andressa Fritzen*  
*Lucio Beuren*  
*Roselei Karine Leidmer*

- Engenheiro Civil  
*Rui TorzeskiLewiski*
- Assessor Jurídico  
*Lauri Ângelo Pase*
- Agente Sanitário  
*Milton Ruppenthal*

## **6. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO**

### **6.1. - Breve Histórico das origens:**

As terras que hoje constituem o Município de São José do Inhacorá, desde 1682 integravam a Província das Missões, administrada pelos jesuítas. Essa situação perdurou até por volta de 1750 quando foi assinado o Tratado de Madrid, quando esse território passou a pertencer a Portugal. Logo depois, em 1757, os jesuítas foram expulsos e essa região passou a ser governada por milicianos espanhóis. No ano de 1801, José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso reconquistaram novamente essa região, integrando-a definitivamente à área Rio-Grandense, sendo que antes fazia parte da Colônia do Sacramento.

São José do Inhacorá pertenceu respectivamente aos seguintes municípios: Rio Pardo, até 1809, Cachoeira do Sul, até 1819, Cruz Alta, até 1834. Em 1843 passou a pertencer ao Município de Santo Ângelo. Em 16 de dezembro de 1954 começou a fazer parte do Município de Três de Maio, do qual se emancipou em 20 de março de 1992, conforme Lei Estadual nº 9592. Os primeiros moradores de São José do Inhacorá enfrentaram grandes dificuldades que iam desde o ataque dos animais selvagens e dos bandidos que fugiam de Santo Ângelo na Guerra entre Chimangos e Maragatos até as dificuldades na obtenção de sementes para o plantio de suas roças, assim denominadas as pequenas lavouras que abriam no meio das matas virgens. Enfrentavam também os índios guaranis que fugiram da Guerra de Chaco (1932-1935), entre Paraguai e Bolívia, que, aproximadamente 250 famílias aqui acamparam durante 03 meses para daqui saírem e irem formar um toldo no Município de Santo Augusto.

Os primeiros moradores, de origem alemã na sua grande maioria, (famílias Ludwig, Willers, Jahn, Haupenthal, Marmitt, Auth, Müller e outras), começaram a chegar a São José do Inhacorá por volta de 1923.

Já em 1936 surgiu a primeira escola e pela primeira vez veio um padre para rezar missa, proveniente do atual Município de Três Passos/RS.

**Figura 01:** Foto do ano de 1930.



**Fonte:** Arquivo Municipal.

As famílias eram muito dadas às lidas caseiras e tinham por costume visitar os vizinhos ao final de semana. Outros, levando dias de viagem, iam às Colônias Velhas rever parentes que lá haviam ficado. Um dos motivos que levou à ocupação das terras de São José do Inhacorá, segundo alguns moradores antigos relatam, era o medo de ocupar terras vermelhas, julgadas improdutivas. Assim, muitos, quase todos de origem alemã que persiste até hoje, ocuparam áreas próximas dos rios Inhacorá, Buricá e Lajeados, como Restinga, Itu, Caramuru e Jundiá.

A religião é predominante católica, existindo confessores da religião evangélica na localidade de Mato Queimado.

Fala-se ainda muito a língua alemã e dentro dela principalmente dois dialetos: O “Hunsrickich” e o “Pommerana”.

É necessário salientar dentro da formação histórica do novo Município a participação comunitária, existente até hoje. Assim, no município as comunidades ergueram três escolas, sendo que uma ainda existe; um templo religioso; um hospital (com auxílio de capital estrangeiro e do governo brasileiro), com 36 leitos; um Centro Catequético, onde acontecem festas, casamentos, bailes, reuniões e palestras, uma canônica, moradia do padre vigário e a Casa Santo Antonio das Irmãs Franciscanas. No interior do Município, cada localidade tem sua capela, construída pelas próprias comunidades, sua escola, inicialmente aos cuidados das comunidades e depois transferida ao Poder Público e várias comunidades possuem Centros Comunitários.

## **6.2. - Formação Administrativa**

No dia 05 de outubro do ano de 1948, a então vila de São José do Inhacorá, pela Lei Municipal nº 04/48, foi levado à categoria de Distrito, distante 16 Km da sede municipal, Três de Maio/RS.

Em 20 de março 1992, pela Lei Estadual nº 9592, emancipou-se do Município de Três de Maio.

**Figura 02:** Foto do ano de 1996.



**Fonte:** Arquivo Municipal.

Tendo como mandatário do Poder Executivo os seguintes nomes: no primeiro mandato (1993-1996) o Prefeito foi Abílio Graef, coadjuvado pelo Vice-Prefeito Alceu Inácio Fernandes (1992-1995). No segundo mandato (1997-2000) o Prefeito foi José Mario Müller e o Vice-Prefeito Eliseu João Redel Schenkel. No terceiro mandato (2001-2004) o Prefeito foi Abílio Graef e Vice-Prefeito Alceu Inácio Fernandes. No quarto mandato (2005-2008), o Prefeito foi Abílio Graef e Vice-Prefeita Marta Willers Dinkowski. Na quinto mandato (2009-2012) o Prefeito foi Alexandre Vaz Ferreira e Vice-Prefeito Roque José Dill. No sexto mandato (2013 a 2016) o Prefeito foi Eliseu João Redel Schenkel e Vice-Prefeito Roque José Dill. E na atual Administração (2017-2021) o Prefeito é Gilberto Pedro Hammes e Vice-Prefeito Eduardo Ludwig.

### **6.3. - Situação e Localização**

O Município de São José do Inhacorá localiza-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Uruguai e integra a micro região da Grande Santa Rosa, localiza-se a 27°43'29" de latitude Sul e 54°07'45" de longitude oeste. Distante da capital do Estado 496 quilômetros.

**Figura 03:** Mapa de Localização dentro do Estado do Rio Grande do Sul.



**Fonte:** Plano Ambiental do Município de São José do Inhacorá/RS

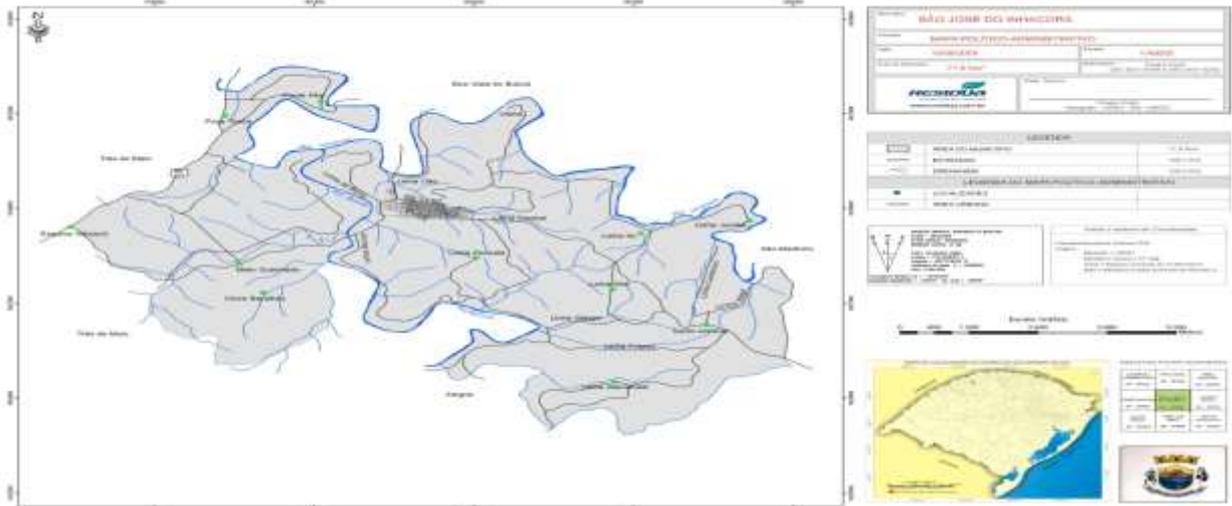
O Município de São José do Inhacorá/RS divide-se em sede municipal, 6 localidades e 15 linhas sendo:

- 01 - localidade de Santo Antônio do Inhacorá;
- 02 – localidade de Barra Seca;
- 03 – localidade de Mato Queimado;
- 04 – localidade de Cinco Barulhos;
- 05 – localidade de Poço Traira;
- 06 – localidade de Ponte Alta;
- 07 - linha da Barra;
- 08 - linha Oito;
- 09 - linha Usina;
- 10 – linha Jundiá;
- 11 - linha Itu;
- 12 - linha Caramuru
- 13 - linha Bagé;
- 14 - linha Giacomelli;
- 15 - linha Berft;
- 16 - linha Fritzen;
- 17 - linha Steiger;
- 18 - linha Ilha;
- 19 - linha Buricá;
- 20 - linha Floresta;
- 21 – linha Esquina Wünsch e
- 22 – linha Central.

#### **6.4 – Divisas e ligações rodoviárias**

Divisa ao Norte com Boa Vista do Buricá e Três de Maio, ao Sul com Alegria e Três de Maio, ao Leste com São Martinho e Alegria e ao Oeste com Três de Maio.

**Figura 04:** Mapa Político Administrativo do Município:

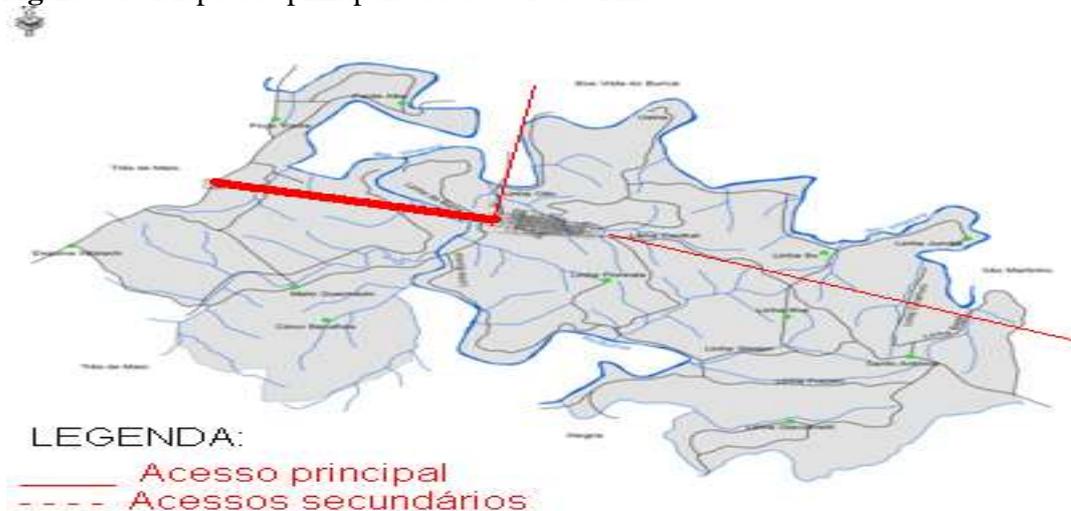


**Fonte:** Plano Ambiental do Município de São José do Inhacorá.

Acesso municipal AM 9115 à BR 472 e ligação com Boa Vista do Buricá e Alegria.

O acesso principal ao município localiza-se no entroncamento da BR 472 com o Acesso Municipal - AM 9115. Demais acessos conforme mapa indicativo abaixo:

**Figura 05:** Mapa dos principais acessos rodoviários:



### 6.5. – Características físicas

Área Territorial : 77,8 km<sup>2</sup>

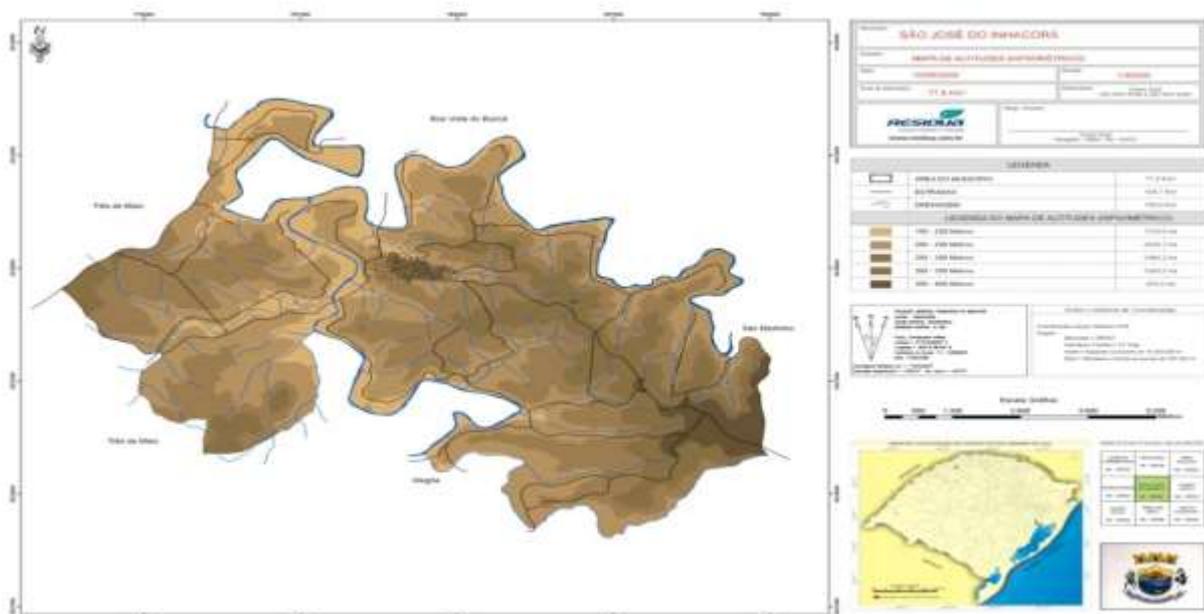
Área Urbana: 2,60 Km<sup>2</sup>

Área rural: 75,20 Km<sup>2</sup>

Latitude Sul: 27°43'29"

Longitude Oeste: 54°07'45"





**Fonte:** Plano Ambiental do Município de São José do Inhacorá/RS

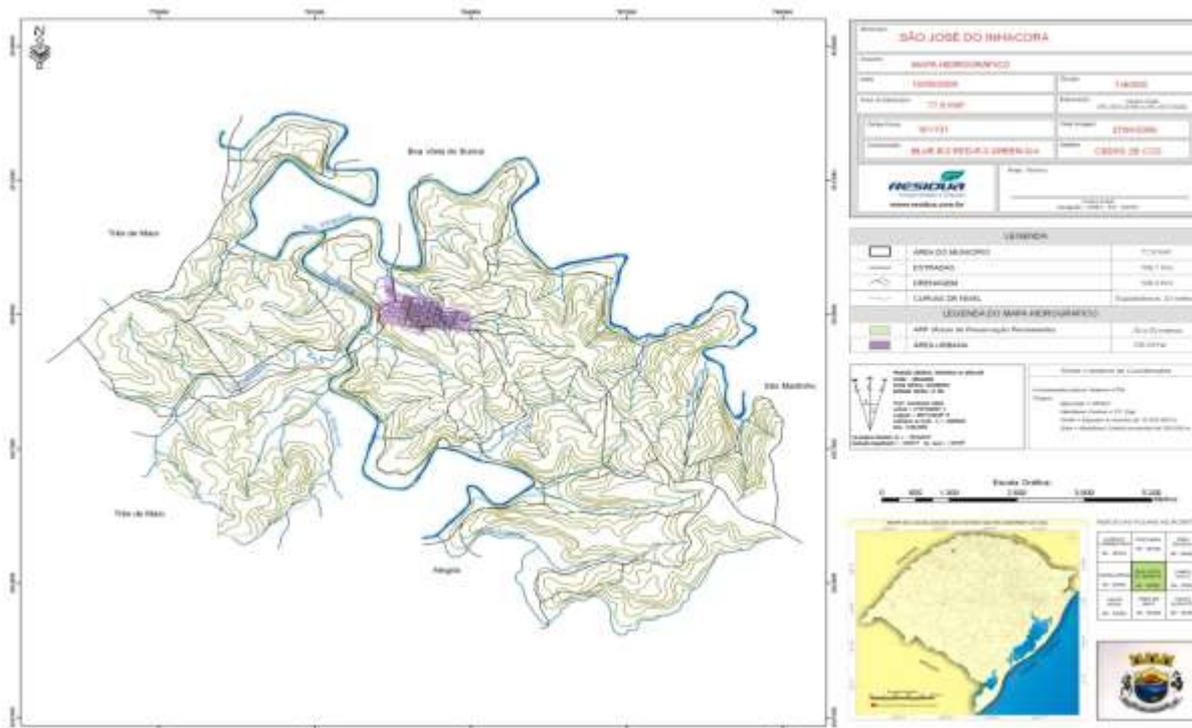
O cambissolo e o litossolo são os tipos predominantes no município. Cambissolos eutrófico (com presença de material orgânico) e distrófico (pouca presença de material orgânico), com textura argilosa e fase pedregosa. O cambissolo é um tipo de solo com menor profundidade (entre 0,5 a 1,5 m), ainda em processo de desenvolvimento e com material de origem na massa do solo. É um solo ainda em desenvolvimento, com variação na produtividade (variação em sua fertilidade natural).

### 6.5.2. – Hidrografia

No cenário estadual e regional, o município de São José do Inhacorá/RS está localizado na bacia do Rio Turvo – Santa Rosa - Santo Cristo.

Em se tratando de Hidrografia e drenagem em âmbito municipal, podemos caracterizar duas bacias hidrográficas elementares: a Bacia do Rio Inhacorá e a Bacia do Rio Buricá.

**Figura 08:** Mapa Hidrográfico do Município de São José do Inhacorá/RS.



Fonte: Plano Ambiental do Município de São José do Inhacorá/RS.

A hidrografia destas duas bacias conta com uma vasta rede hidrográfica formada por lajeados, sangas e córregos. Conta também com uma rede de açudes domésticos, utilizados para dessedentação de animais, piscicultura, irrigação, entre outros usos.

Podemos classificar os cursos de águas existentes em três categorias, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2 – Classificação de cursos de água fluviais**

RIO	ARROIO	LAJEADO
Inhacorá	Santa Cruz	Jundiá
Buricá	Ilha	Restinga
	Tonguinha	Cachoeira
	Itu	Engenho
	Caramurú	
	Córregos dos Caçadores	
	Lajeado Itaí	
	Micuim	

### 6.5.3. - Vegetação

O Município está localizado dentro da área de abrangência do Bioma mata atlântica, o qual é definido por apresentar árvores com folhas largas e perenes, com alturas entre 20 e 30 metros,

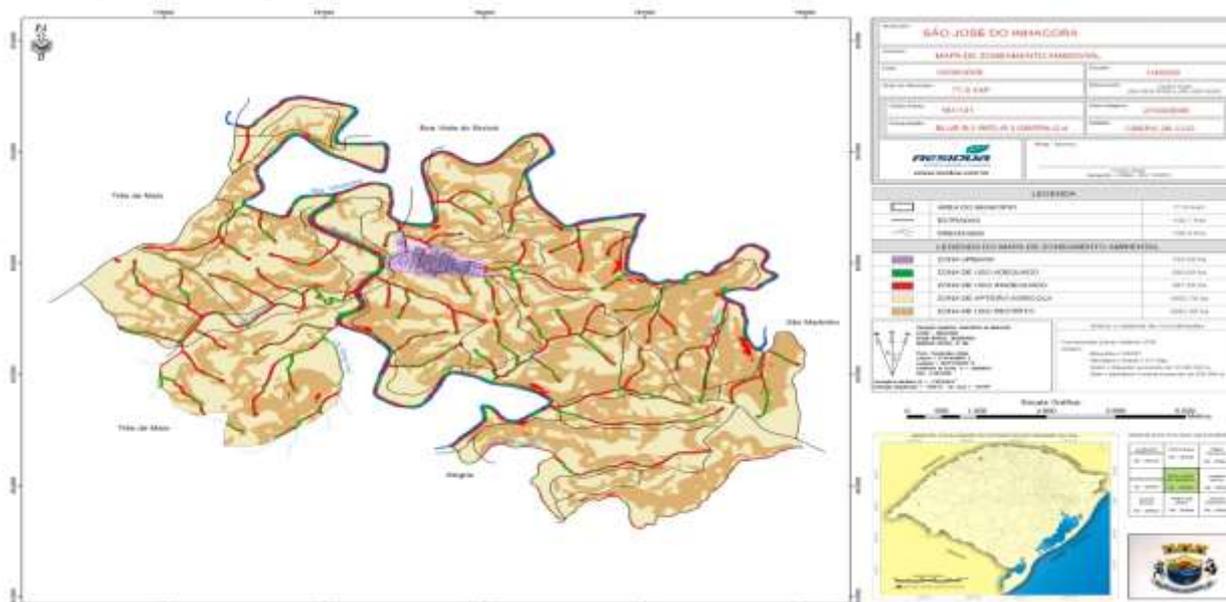


### 6.5.5. - *Clima*

No município o clima é caracterizado como Subtropical úmido. As temperaturas máximas ocorrem nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. As temperaturas mínimas ocorrem em junho, julho e agosto, com fortes geadas. As estações do ano não estão bem definidas, conforme a temperatura. As intensas precipitações pluviométricas que ocorrem devido ao desequilíbrio ecológico, castigam bastante as lavouras. O ar de São José do Inhacorá é considerado puro, pois existem poucas fábricas e estas não poluem o mesmo.

### 6.5.6. - *Uso e ocupação do solo*

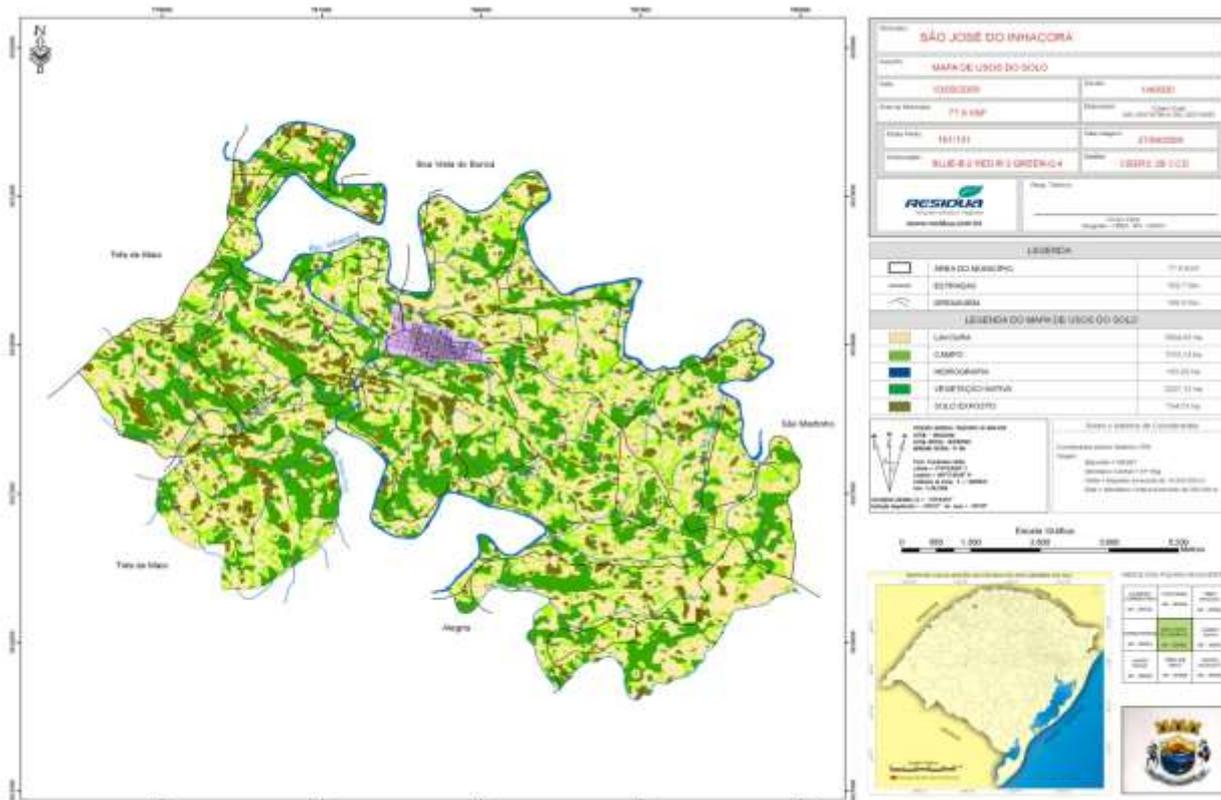
**Figura 10:** Mapa de Zoneamento



Fonte: Plano Ambiental do Município de São José do Inhacorá/RS.

O Solo está sendo usado racionalmente através da Agricultura Familiar. As áreas planas são cultivadas enquanto as áreas mais onduladas apresentam cultivos fracionados, e em partes servem para preservação de floresta nativa e exótica.

**Figura 11:** Mapa da ocupação do Solo



Fonte: Plano Ambiental do Município de São José do Inhacorá/RS.

#### 6.5.7. - Mobilidade urbana

O município conta com transporte coletivo público e privado e alternativa de 02 táxis. São oferecidas condições satisfatórias, mas deverão receber melhorias/adaptações. A mobilidade urbana carece de investimentos para sua melhoria e adequação no quesito de acessibilidade e mobilidade.

#### 6.6. – Aspectos econômicos

A economia de São José do Inhacorá está dividida em dois setores, tendo o setor primário como principal destaque a bacia leiteira e o cultivo de soja, milho, trigo, suinocultura, ovinocultura, piscicultura e avicultura entre outras de menor intensidade. Composto por pequenos agricultores que se mantêm em 62% na Zona Rural e apenas 38% da população na Zona Urbana. Município pequeno territorialmente, que se detêm na produção de diversos produtos que servem como meio de subsistência e fonte de recursos para manter-se no meio agrícola.

Na indústria foi possível observar nos últimos anos crescimento e diversificação nas atividades. Presença de indústria moveleira, metalúrgica, beneficiamento de madeiras, palitos, cadeiras, artefatos de cimento, malharias e confecções, agroindústrias (3 carnes e embutidos, 1 processamento de pescados, 3 farináceos, 1 chás, dois derivados de cana). Com investimentos realizados pelo Poder Público e programas de incentivo, o objetivo está focado em aumentar a industrialização do município, gerando emprego e renda.

Os estabelecimentos comerciais são de pequeno porte em sua maioria operam com gêneros alimentícios de primeira necessidade, bazares, tecidos, comércio agropecuário, instrumentos mais

elementares da atividade agrícola e outras de menos incidências não suprindo as necessidades da população.

No que se refere à prestação de serviços oficinas mecânica; fotógrafo; salões de beleza; bares; eletrônicas; construção civil; armazéns; açougues; costureiras; funerária; farmácia; posto de combustível; lanchonetes; atendimento odontológico; escritório despachante e contábil; electricista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa dos Trabalhadores Rurais (COTRIMAIO).

Os serviços públicos: Brigada Militar, Cartório, Agência de Correios e Telégrafos, Unidade Básica de Saúde (1), Posto de coleta de material biológico, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, EMATER/RS - ASCAR, Hospital, 03 escolas, Biblioteca Pública, Telecentro;

Agência Bancário e Correspondente bancário: BANRISUL, Banco Postal (BB), SICREDI, Lotérica e Bradesco.

Dentro desse cenário econômico podemos apresentar alguns quadros do crescimento econômico ocorrido nos últimos anos:

**Quadro 4: PIB comparativo**

<b>PIBpm (R\$)</b>	<b>PIB per capita(R\$)</b>
2006: 18.508,00	2006: 8.061,00
2009: 28.957,00	2009: 13.646,00
2014: 73.022	2014: 32.774,68

Fonte: <http://www.fee.tcche.br>

Expectativa de Vida ao Nascer (2010)

74,29 anos

Comparando os anos de 2006 e 2009, que pode ser considerado um curto intervalo de tempo, o crescimento do PIB foi considerável, chegando a 70%., o que representa um aumento no poder aquisitivo da população. Conforme os dados do FEE o município de São José do Inhacorá é o que mais cresceu economicamente de 2005 a 2015, com índice 292%.

Nesse sentido, analisando a representatividade de cada setor desde a implantação do município e seu Valor Adicionado para cada ano, temos o seguinte quadro:

**Quadro 5:** Demonstrativo do calculo do valor adicionado/posição da atividades econômicas.

#### **DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO/POSIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**

<b>Ano base</b>	<b>Produção Primária</b>	<b>Indústria de Transformação</b>	<b>Indústria de Beneficiamento</b>	<b>Comércio Atacadista</b>	<b>Comércio Varejista</b>	<b>Serviços e Outros</b>	<b>Valor Adicionado do Município</b>	<b>Índice / Ano de aplicação</b>
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	<b>0,0271 14/ 1993</b>
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	<b>0,0312 06/</b>

								<b>1994</b>
1993	<b>678.097,78</b>	<b>4.910,33</b>	<b>4.732,42</b>	<b>1.942,05</b>	<b>38.307,64</b>	<b>33.914,94</b>	<b>761.905,18</b>	<b>0,031922 / 1995</b>
1994	<b>681.127,47</b>	<b>13.238,31</b>	<b>2.375,63</b>	<b>--</b>	<b>38.131,34</b>	<b>19.485,94</b>	<b>754.358,71</b>	<b>0,030284 / 1996</b>
1995	<b>475.471,00</b>	<b>14.055,76</b>	<b>2.987,89</b>	<b>--</b>	<b>49.458,68</b>	<b>21.940,89</b>	<b>563.914,24</b>	<b>0,027448 / 1997</b>
	1.991.510,32	58.872,57	12.514,79	--	207.157,71	91.899,41	2.361.954,83	
1996	2.803.959,56	250.238,00	14.493,94	--	159.630,00	129.300,26	3.357.621,76	<b>0,029263 / 1998</b>
1997	3.269.108,57	296.340,49	119.772,00	31.462,00	200.065,58	223.556,32	4.140.304,96	<b>0,033137 / 1999</b>
1998	3.489.078,12	491.177,22	86.542,00	160.611,83	266.600,95	230.670,56	4.724.680,68	<b>0,036372 / 2000</b>
1999	3.931.474,61	491.499,61	4.606,00	388.852,68	246.866,70	256.208,03	5.319.507,63	<b>0,030732 / 2001</b>
2000	2.634.934,98	521.962,16	76.747,59	130.614,64	549.037,74	372.218,38	4.285.515,49	<b>0,025805 / 2002</b>
2001	4.209.679,67	526.624,75	18.955,94	25.760,46	593.250,85	537.070,91	5.911.342,58	<b>0,030516 / 2003</b>
2002	4.384.995,04	726.427,24	22.517,89	43.795,59	707.124,97	877.360,07	6.762.220,80	<b>0,028757 / 2004</b>
2003	5.126.997,55	500.526,31	22.299,15	323.399,07	763.377,14	976.156,28	7.712.755,50	<b>0,027686 / 2005</b>
2004	5.803.840,78	328.293,93	41.898,29	384.908,14	1.133.602,92	1.151.840,10	8.844.384,16	<b>0,027403 / 2006</b>

Ano base	Produção Primária	Indústria de Transformação	Indústria de Beneficiamento	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Serviços e Outros	Valor Adicionado do Município	Índice / Ano de aplicação
2005	5.551.183,	762.614,09	45.663,30	- 19.266,70	709.510,13	1.259.222,75	8.308.927,	<b>0,0265190,026509 / 2007</b>

								<b>Definitivo em 13/09/07</b>
2006	6.419.065,78	959.971,56	143.546,61	564.401,13	946.304,26	765.159,51	9.798.448,	<b>0,023790 / 2008</b>
2007 % Aumento % Representa	10.031.906,99 56,28 % 73,88 %	1.161.924,62 21,03 % 8,56 %	118.947,97 ( - ) 17,13 % 0,88 %	548.091,85 ( - ) 2,89 % 4,04 %	1.068.219,35 12,88 % 7,87 %	647.345,34 ( - ) 15,39 4,77 %	13.576.436, 38,55 % (100%)	<b>0,02946 out/08</b>  <b>0,029247 / 2009</b> <b>Definitivo em 04/03/09</b>
2008 % Aumento % Representa	12.607.524,64 25,67 % 77,40 %	1.456.944,17 25,39 % 8,94 %	129.544,09 8,91 % 0,80 %	192.437,46 ( - ) 64,89 % 1,18 %	1.485.979,86 39,11 % 9,12 %	416.422,83 ( - ) 35,67 % 2,56 %	16.288.853,05 19,98 % 100 %	<b>0,029604 Setemb/09</b>  <b>0,029523 (20/01/10)</b> <b>0,94 %</b>
2009 % Aumento % Representa	12.881.791,97 2,18% 67,38 %	2.374.654,92 62,99 % 12,48 %	130.285,64 0,57% 0,51 %	1.742.564,29 805,52 % 9,16 %	1.509.882,61 1,61 % 7,93 %	500.347,63 20,15% 2,54 %	19.139.527,06 17,50% 100 %	<b>0,030212 (27/09/10)</b>  <b>2,33 %</b>  <b>0,030251</b>
2010 % Aumento % Representa	15.344.512,49 <b>19,12%</b> <b>69,16%</b>	3.421.083,45 <b>44,07%</b> <b>15,42%</b>	150.162,15 <b>15,26%</b> <b>0,68%</b>	906.060,35 <b>(-) 48%</b> <b>4,08%</b>	1.702.981,08 <b>12,79%</b> <b>7,68%</b>	662.797,95 <b>32,47%</b> <b>2,98%</b>	22.187.597,47 <b>15,93%</b> <b>100%</b>	<b>0,030252</b>  <b>0,031145 / 2012</b> <b>Definitivo (16/04/2012)</b>
2011 % Aumento % Representa	20.263.342,50 <b>32,05%</b> <b>61,89%</b>	7.412.605,29 <b>116,67%</b> <b>22,38%</b>	173.271,22 <b>15,39%</b> <b>0,52%</b>	1.885.283,27 <b>108,07%</b> <b>6,12%</b>	2.198.137,71 <b>29,08%</b> <b>6,64%</b>	811.104,79 <b>22,38%</b> <b>2,45%</b>	32.743.697,54 <b>47,58%</b> <b>100%</b>	<b>0,033201 (Prov.23/07/12)</b>  <b>0,033050(6,42%)</b> <b>Definitivo 07/12/12</b>
2012 % Aumento % Representa	25.734.655,63 <b>27,01%</b> <b>60,08%</b>	13.792.673,08 <b>86,08%</b> <b>32,20%</b>	199.882,03 <b>15,36%</b> <b>0,47%</b>	-137.818,34 <b>-107,32%</b> <b>-0,33%</b>	2.461.125,93 <b>11,97%</b> <b>5,75%</b>	784.488,85 <b>-3,29%</b> <b>1,83%</b>	42.835.007,18 <b>29,81%</b> <b>100%</b>	<b>0,035481 (Prov.17/08/13)</b>  <b>0,035392 (Def. 07/12/13)</b>

2013 % Aumento % Representa	31.266.640,99 21,49% 55,71%	19.378.809,50 40,50% 34,53%	219.265,64 9,69% 0,40%	1.608.434,83 1.267,06% 2,87%	2.789.316,86 13,33% 4,97%	864.775,27 10,23% 1,52%	56.127.243,09 100%	<b>0,038961</b> <b>Prov.(02/09/2014)</b> <b>10,08%</b>  <b>0,038894</b> <b>(Definitivo 26/12/14)</b> <b>9,89%</b>
<b>Ano base</b>	<b>Produção Primária</b>	<b>Indústria de Transformação</b>	<b>Indústria de Beneficiamento</b>	<b>Comércio Atacadista</b>	<b>Comércio Varejista</b>	<b>Serviços e Outros</b>	<b>Valor Adicionado do Município</b>	<b>Índice / Ano de aplicação</b>
2014 %Aumento % Representa	30.384.066,08 - 2,82% 54,87%	18.575.894,38 - 4,14% 33,52%	1.943,52 - 99,11% 0,01%	1.231.422,25 - 23,43% 2,23%	4.020.072,88 44,12% 7,26%	1.164.875,08 34,70% 2,11%	55.378.274,19 - 1,33% 100%	0,038905 (definitivo 17/11/15) 0,028% 0,038896 Re-definido em 31/01/16
2015 % Aumento % Representa	36.817.806,58 21,18% # 59,04%	18.341.172,35 - 1,26% 29,42%	5.366,14 176,10% 0,01%	1.913.548,04 55,39%# 3,07%	3.808.962,82 -5,25%# 6,09%	1.475.376,50 26,65% 2,37%	62.362.232,43 12,61%# 100%	0,038961 (provisório 25/06/16) 0,039025 (definitivo/25/09/16) 0,33%

Para os índices de 1993 (ano base 1991) e 1994 (ano base 1992) foram utilizados valores do comércio existente na época, e na agricultura valores proporcional ao tamanho, população e atividade agropecuária.

## 6.7. - Diagnóstico Social

O diagnóstico social se centra na ideia da promoção de uma reflexão conjunta sobre os recursos e carências do nosso município, objetivando o desencadeamento de ações concretas de desenvolvimento que contribuam diretamente na melhora da qualidade de vida da população, tanto em saúde, quanto em educação, ação social e habitação.

A Secretaria Municipal de Assistência Social trabalha na garantia do exercício de cidadania, para tanto precisa de dados atualizados e concretos da situação social da população. Os programas e serviços implantados nas três esferas de governo trazem à equipe de referência em assistência social a necessidade de uma reflexão conjunta das carências da comunidade com os serviços a serem ofertados. Assim sendo cada segmento da sociedade reúne suas demandas que devem desencadear em ações de curto, médio e longo prazo para melhora na qualidade de vida e na garantia do direito ao acesso dos programas, projeto, benefícios e serviços ofertados.

## 1 – DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

São José do Inhacorá tornou-se Município em 20 de março de 1992, pela Lei nº 9592, emancipando-se do Município de Três de Maio. O município está em franco desenvolvimento industrial o que acarreta uma expansão acelerada, principalmente no setor habitacional.

Constitui-se pelo distrito sede e localidades como Mato Queimado, Cinco Barulhos, Linha Buricá, Santo Antônio, Linha Itu, Linha Jundiá, Linha Usina, Linha Steiger, Linha Esquina Winsch, Linha Giacomelli, Poço Traíra e Ponte Alta.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de São José do Inhacorá, calculado com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, foi de 0,747.

Dados do Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – RI Bolsa Família e Cadastro Único (MDS/SAGI, 2014), baseados no último Censo Demográfico (IBGE, 2010) indicam que São José do Inhacorá, município considerado de pequeno porte I (município de até 20.000 hab./5.000 famílias), possuía aproximadamente no mês de junho de 2016, 477 famílias cadastradas no CadÚnico, chegando a uma cobertura de 95% das famílias. Com perfil CadÚnico são aproximadamente 107 famílias, onde 17 possuem renda per capita mensal de R\$ 0 a R\$ 85,00, 19 famílias de R\$ 85,01 até R\$ 170,00, 66 famílias possuem renda per capita mensal de R\$ 170,01 até 1/2 sal. Mínimo, 375 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Esses Dados podem ser observados na tabela a seguir:

		<b>Mês Referência</b>	
<b>Famílias cadastradas</b>			
<b>Total de famílias cadastradas</b>	<b>477</b>	<b>06/16</b>	
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00	17	06/16	
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 até R\$ 170,00	19	06/16	
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e 1/2 salário mínimo	66	06/16	
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo	375	06/16	
<b>Pessoas cadastradas</b>			
Total de pessoas cadastradas	1.166	06/16	
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita entre R\$ 0,00 até R\$ 85,00	41	06/16	
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e 170,00	58	06/16	
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita entre R\$ 170,01 e 1/2 salário mínimo	208	06/16	
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo	859	06/16	
<b>Atualização cadastral</b>			
Total de Famílias com cadastro atualizado	365	06/16	
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até 1/2 salário mínimo	71	06/16	
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,77	06/16	
Taxa de atualização cadastral até 1/2 salário mínimo	0,7	06/16	

Fonte: SAGI RI, 2016

De acordo com dados do INEP, em 2012, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental foi de 6,5% do 1º ao 5º ano e de 12,5% do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental municipal foi menor, quando comparada às taxas da Região Sul, menor que

a do Estado e menor que a do Brasil. A taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi menor que a taxa do Brasil, menor que a da região e menor que a do Estado.

O Município de São José do Inhacorá conta em outubro de 2016, com 04 estabelecimentos de Saúde SUS, 30 leitos hospitalares e 02 médicos concursados.

Conforme dados do Registro Civil do ano de 2014 (IBGE 2015), o município de São José do Inhacorá registrou 25 nascidos vivos por lugar de residência da mãe, não possuindo nenhum dado de óbitos fetais ou de crianças menores a 01 ano de idade.

As consultas de pré-natal são importantes para a saúde da mãe e da criança. No município, 100% dos nascidos vivos em 2011 tiveram suas mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, não ocorreu mudança na cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no município. Em 2008, a cobertura era de 100% e manteve em 100% em 2012.

É importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 99,6% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 100,0% dos domicílios particulares permanentes e 64,5% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes.

Em setembro de 2016, 25 famílias estavam sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (3% da população), com um total de 57 benefícios. Destes 57 benefícios, 20 são básicos, 01 nutriz, 27 variáveis, 05 jovens e 04 de superação da extrema pobreza.

#### **6.8. – Indicadores Educacionais**

Com ferramentas que vão do papel a tela do computador, as escolas da rede municipal oferecem a seus alunos educação de qualidade que incentiva a construção do conhecimento.

As ideias do sociointeracionismo alicerçadas a pedagogia de projetos promovem o aprendizado duradouro e de forma participativa em todas as áreas e campos do saber.

A infraestrutura das escolas com salas de aula climatizadas, área coberta, espaço, livre, parquinho, laboratório de informática, biblioteca, sala vip, refeitório, bosque e pomar, possibilitam aos alunos seu desenvolvimento integral a luz das habilidades e competências, célula manter de todo processo educativo.

Com uma política educacional pautada no planejamento estratégico, a expansão da educação infantil garante vaga para todas as crianças do maternal e pré-escola, sendo hoje atendidas 43 crianças na educação infantil de 0-3 anos e 39 de 4-5. No Ensino Fundamental a matrícula é de 178 alunos e no Ensino Médio de 87 alunos. Nos últimos anos, os indicadores de desempenho apontam uma diminuição significativa na repetência escolar, sendo que em 2011 obteve-se 100% de aprovação em todas as séries do Ensino Fundamental e zero% de evasão, o que desponta o município no cenário estadual e regional com destaques para a educação.

Os profissionais que atuam na educação são altamente qualificados e todos os professores possuem curso superior o que, alicerçado ao projeto da escola, acompanhamento e assessoria pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, equipe gestora eficiente, materiais, equipamentos e recursos tecnológicos possibilitam a qualidade de educação na Rede Municipal.

Reafirmando o compromisso com a excelência da educação, são realizados periodicamente encontros de formação continuada e eventos educacionais que instrumentalizam a prática docente.

Sendo a educação um direito de todo cidadão, o currículo escolar, com proposta contextualizada, contempla os temas transversais, a diversidade e a inclusão, o que garante a educação de qualidade social para todos e a cada um. Neste intuito, também é oferecido capacitação aos professores, sala de recursos e projetos e intervenção aos alunos com níveis e aprendizagem diferenciados, e equipe multidisciplinar possibilitando a todos o sucesso escolar.

Além da estrutura e das práticas pedagógicas desenvolvidas na rede municipal, outro diferencial é a oferta da Língua Estrangeira desde pré-escola e o material didático de apoio da Editora Positivo para toda Educação Infantil e cultura gaúcha incluída no currículo escolar.

Com um transporte ágil e seguro, todos os alunos tem acesso a escola. A frota está sendo gradativamente renovada para poder atender cada vez melhor os estudantes que possuem seu embarque próximo a residência e percorrem o tempo máximo e 1h para chegar a escola. Aos universitários é proporcionado subsídio de 50% do valor da passagem.

A complementação do KIT de material escolar e o uniforme possibilita a equidade e identificação dos alunos com plenas condições de permanência e êxito nos estudos.

A proposta educacional construída estrategicamente, garantiu ao município ampliar em 40% o número de matrículas e conseqüentemente aumentar os recursos, que visivelmente estão sendo investidos na educação, possibilitando inclusive uma auxiliar de professora nas turmas maiores da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tendo em vista a formação de uma cidade leitora, a mantenedora tem como propósito LER E ESCREVER, COMPROMISSO DE TODAS AS ÁREAS, para o qual, diversas ações estão sendo desenvolvidas em parceria com as escolas, outras secretarias, órgãos e instituições. O projeto piloto foi implantado na parada de ônibus, intitulado ESPERANDO PARA LER, seguido da Biblioteca Pública Municipal ARTE DA LEITURA. Outros projetos estão sendo implantados de forma a atender toda população através e com a leitura.

A educação se desenvolve com qualidade a partir do momento em que a escola consegue absorver os avanços tecnológicos e se adaptar às constantes mudanças que ocorrem no mundo. Paralelo a Escola, o Tele Centro comunitário possibilita a inclusão digital e auxilia no processo de qualificação e atualização dos cidadãos Inhaçorenses.

Sendo um município essencialmente agrícola, as práticas escolares vêm ao encontro dessa realidade. Dessa forma, oferecemos no contra-turno, aulas de educação para o lar e técnicas agrícolas, bem como o projeto Cultivando o Futuro com aulas teóricas e práticas desenvolvidas em parceria com o curso de Agronomia da SETREM.

As boas práticas de Gestão Educacional no Campo também despertaram interesse do Ministério de Educação, que, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade se fez presente no município para visitar in loco as instituições do meio rural e o trabalho intersetorial, que talvez possam servir de modelo de gestão para o país.

Complementando a ação educacional, a cultura vem sendo difundida nas apresentações artísticas, eventos culturais, festivais e no tradicionalismo que recentemente iniciou seu movimento. Neste contexto, também se destacam as festas religiosas e São José do Inhaçorá, através das encenações do Nascimento, da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo tornou-se reconhecido palco deste espetáculo, reunindo milhares de fiéis principalmente na semana santa. Agregada a encenação está a infraestrutura do Santuário que é mantida pelo poder municipal, que, por sua beleza e encantamento atraem visitantes de toda a região.

Assim também é a praça municipal, lugar tranquilo e de beleza exuberante, que garante aos municípios e visitantes, local de lazer e entretenimento. Os finais de tarde garantem o encontro e o

bate papo dos amigos, bem como as caminhadas orientadas com preparador físico num belo cenário.

Com o intuito de promover a qualidade de vida dos Inhacorenses através da atividade física, desde cedo as crianças participam da escolinha do desporto nas modalidades futsal e futebol de campo, sempre no turno inverso ao das aulas.

Destaque para a Associação de Futsal que participa efetivamente de competições desportivas elevando o nome do município de São José do Inhacorá, o qual é o seu maior patrocinador. O esporte amador, além da cidade, também está presente nas comunidades interioranas que mantêm as suas sedes esportivas e constantemente realizam festejos e competições fazendo deste mais uma opção de entretenimento e lazer.

São José do Inhacorá está em plena ascensão e crescimento. Sob o lema Juntos com São José, as políticas implementadas possibilitam o desenvolvimento dos cidadãos e fazem toda a diferença.

## **6.9. – Indicadores Epidemiológicos**

Os assuntos relacionados à saúde do Município são administrados pela Secretaria Municipal de Saúde, que foi criada em 14 de janeiro de 1993, com as seguintes atribuições:

- Promover em conjunto com outros órgãos programas de saneamento comunitário;
- Participar de campanhas de vacinação e combate por outros métodos a doenças, de campanhas realizadas pela Secretaria Estadual de Saúde ou pelo Ministério da Saúde e órgãos afins;
- Incentivar a formação de hábitos de higiene através de procedimentos educativos;
- Promover a coordenação de atividades e campanhas de educação sanitária, programas de imunização, de assistência médica e dentária preventivas;
- Realizar serviços de fiscalização sanitária seguindo o Código de Posturas do município e legislações pertinentes;

A secretaria está habilitada para Gestão Plena de Atenção Básica à Saúde, contendo uma estrutura composta. 01 Unidade Sanitária na Sede, duas unidades Satélites no Interior, uma na localidade de Mato Queimado e outra na localidade de Santo Antônio do Inhacorá.

A equipe é formada por 01 secretário municipal de saúde, 02 médicos (1 médico do ESF 40 horas semanais e 01 médico ESF 20 horas semanais), 1 odontólogo, 01 enfermeira, 02 técnicas de enfermagem, 01 Atendente de consultório dentário (que também é técnica de enfermagem), 02 farmacêutico (20 horas semanais cada profissional), 01 fonoaudióloga (08 horas semanais), 06 agentes comunitários de saúde, 01 auxiliar de limpeza, 01 assistente administrativo, 01 agente de endemias e 01 fiscal sanitário. Conta com apoio de uma equipe de NASF 3 (Núcleo de apoio à Saúde da Família) formada por 01 nutricionista, 01 psicóloga, 01 farmacêutico e 01 fisioterapeuta, todos com 20 horas semanais.

Na secretaria são desenvolvidos os seguintes programas: estratégias em saúde da família com saúde bucal, Estratégia de agentes comunitários de saúde, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, assistência farmacêutica, Programa Saúde na Escola.

Ainda podemos relacionar alguns dados estatísticos, conforme a seguir discriminado:

- Número de nascimentos (2016): 19 nascimentos;
- Número de Óbitos (2016): 26 óbitos, tendo como principais causas no ano de 2016, neoplasias e doenças do aparelho circulatório.

- Doenças mais frequentes relacionados à **Água**: Viroses **Ar**: Rinites, Alergias e outras complicações respiratórias,

- Fatores de risco: Fumo, alcoolismo, sedentarismo, má alimentação;

- Número de atendimentos: Média de 40 consultas/dia e uma média de 06 encaminhamentos para exames e atendimentos especializados.

A Vigilância Sanitária é um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

1 - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas de processo, da produção ao consumo;

2 - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Vigilância epidemiológica, segundo a Lei 8.080: “conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.”

São funções da vigilância epidemiológica:

- coleta de dados;
- processamento de dados coletados;
- análise e interpretação dos dados processados;
- recomendação das medidas de controle apropriadas;
- promoção das ações de controle indicadas;
- avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas;
- divulgação de informações pertinentes.

Ainda, fornecer orientação técnica permanente para a tomada de decisão sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos.

## **7. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO**

### **7.1. - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

#### *7.1.1 - Sede Municipal*

A sede do Município possui uma população estimada em 832 habitantes (IBGE/2010), sendo o índice de atendimento de 100% em relação ao abastecimento de água.

As principais atividades econômicas são: prestação de serviços, a indústria e o comércio. Há uma tendência de crescimento da cidade em todas as direções, no entanto a expectativa maior está centrada nos sentidos leste e oeste.

No que diz respeito ao abastecimento de água, a sede do Município conta com um sistema público operado pela CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento, com contrato de concessão em vigor, até 05 de janeiro de 2035. A unidade de atendimento do município conta com 2 funcionários.

A captação é do tipo subterrânea, com 2 poços artesianos em operação e 1 poço reserva.

A rede de abastecimento possui aproximadamente 8.912 metros de comprimento, atendendo a 491 economias ativas e possui seu caminhamento ao longo de logradouros públicos. O sistema consiste na distribuição por marcha, sendo composto pelo bombeamento de água que alimenta diretamente a rede e as sobras indo para o reservatório, as quais são utilizadas nos períodos de não bombeamento.

O tratamento é do tipo simplificado com adição de cloro e para fluoretação a mistura de duas fontes de onde uma tem mais flúor e a outra tem menos, com esta mistura fica dentro do padrões do Ministério da Saúde. O sistema de reservação possui 1 reservatório localizado em ponto estratégico da cidade com capacidade de 50.000m<sup>3</sup>.

O controle de qualidade da água é realizado duas vezes ao dia.

A produção mensal, tendo como referência o mês de maio de 2017, alcançando o volume de disponibilidade de 6.752m<sup>3</sup>/mês, e o volume utilizado foi de 3.631m<sup>3</sup>, sendo o índice de perda na distribuição de 44,28%.

**As principais deficiências e necessidades são:**

- Alta incidência de vazamentos, gerando necessidade de substituição de redes antigas na parte central da cidade;

*7.1.2. – Demais localidades*

As demais localidades e linhas são abastecidas com sistemas comunitários ou administrados pelo Município, conforme abaixo descrito:

**Poço 1:**

Localização; Linha Floresta;

Administrado: Prefeitura Municipal;

Abastece: Linha Floresta e Linha Ilha;

Capacidade do reservatório: 10.000 litros;

Vazão: 12,1 m<sup>3</sup>/hora;

Tipo de rede:

Qualidade da água: regular;

Deficiências e necessidades: Tratamento adequado com cloro;

Profundidade: 138 metros e sucção 110 metros.

**Poço 2:**

Localização: Linha Giacomelli;

Administrado: Prefeitura Municipal;

Abastece: Linha Giacomelli e Barra Seca;

Capacidade do reservatório: 10.000 litros

Vazão: 16,50 m<sup>3</sup>/hora

Tipo de rede: tubos de PVC;

Qualidade da água: regular

Deficiências e necessidades: Tratamento adequado com cloro;

Profundidade: 134 metros.

**Poço 3:**

Localização: Linha Central;

Administrado: Associação Comunitária de Linha Central;

Abastece: Linha Central;

Capacidade do reservatório: 10.000 litros

Vazão: 5.00 m<sup>3</sup>/hora

Tipo de rede: tubos de PVC;

Qualidade da água: regular

Deficiências necessidades: regular uso de cloro;

Profundidade: 208 metros e sucção 94 metros.

**Poço 4:**

Localização: Linha Central;  
Administrado Associação Comunitária de Linha Central;  
Abastece: Linha Central e parte da Linha Jundiá;  
Capacidade do reservatório: 15.000 litros  
Vazão: 6.00 m<sup>3</sup>/hora  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular  
Deficiências e necessidades: regular uso de cloro;  
Profundidade 133 metros e sucção 122 metros.

**Poço 5:**

Localização: Poço Traíra;  
Administrado: Associação Comunitária de Poço Traíra;  
Abastece: Localidade de Poço Traíra;  
Capacidade do reservatório: 15.000 litros;  
Vazão: 16.00 m<sup>3</sup>/hora;  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular  
Deficiências e necessidades: tratamento com cloro;  
Profundidade: 144 metros.

**Poço 6:**

Localização: Lajeado Itu;  
Administrado: Associação Comunitária de Lajeado Itu;  
Abastece: Lajeado Itu e Linha Caramuru;  
Capacidade do reservatório: 20.000 litros;  
Vazão: 6.00 m<sup>3</sup>/hora;  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular;  
Deficiências e necessidades: regular uso de cloro;  
Profundidade 102 metros e sucção 73 metros.

**Poço 7:**

Localização: Linha Jundiá;  
Administrado: Associação Comunitária de Linha Oito;  
Abastece: Linha Jundiá, Linha Usina e Linha Oito;  
Capacidade do reservatório: 20.000 litros;  
Vazão: 7.00 m<sup>3</sup>/hora;  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular;  
Deficiências e necessidades: regular uso de cloro;  
Profundidade: 72 metros.

**Poço 8**

Localização: Linha Bagé;  
Administrado: Prefeitura municipal  
Abastece: Santo Antônio do Inhacorá, L. Fritzen, L. Steiger e L. Bagé  
Capacidade do reservatório: 40.000 litros;  
Vazão: 19m<sup>3</sup>/hora;  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular  
Deficiências e necessidades:  
Profundidade: 123 metros e sucção 72 metros.

**Poço 9:**

Localização: Área Industrial;  
Administrado: Associação Comunitária de Linha Buricá;  
Abastece: Área Industrial e Linha Buricá;  
Capacidade do reservatório: 30.000 litros;  
Vazão: 10.00 m<sup>3</sup>/hora;  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular  
Deficiências e necessidades: tratamento com cloro;  
Profundidade: 102 metros.

**Poço 10:**

Localização: Ponte Alta  
Administrado: Associação presidente Nilson Rommel  
Abastece: Ponte Alta  
Capacidade do reservatório:  
Vazão: 5.00 metros hora  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular  
Deficiências e necessidades: tratamento  
Registro fotográfico:  
Profundidade: inicial 79apfundado 93 metros = 172 sucção 102

**Poço 11:**

Localização: Linha da Barra  
Administrado Associação, Presidente Lair Fusinger  
Abastece: Linha da Barra  
Capacidade do reservatório:  
Vazão:  
Tipo de rede: tubos de PVC;  
Qualidade da água: regular  
Deficiências e necessidades: tratamento  
Registro fotográfico:  
Profundidade:

**Poço 12:**

Localização: Cinco Barulho

Administrado: Associação presidente Edson Hannusch

Abastece: Cinco Barulho

Capacidade do reservatório:

Vazão:

Tipo de rede: tubos de PVC;

Qualidade da água: regular

Deficiências e necessidades: tratamento

Registro fotográfico:

Profundidade: 120 metros

**Poço 13:**

Localização: Esquina Wünsch

Administrado: Município

Abastece: Esquina Wünsch

Capacidade do reservatório:

Vazão:

Tipo de rede: tubos de PVC;

Qualidade da água: regular

Deficiências e necessidades: tratamento

Registro fotográfico:

Profundidade: 120 metros

**7.2. – Sistema de Esgotamento Sanitário**

Atualmente a maior parte dos efluentes líquidos provenientes do esgotamento cloacal gerados nas residências e prédios existentes no município, é tratada através do sistema individual, composto de fossa-filtro e sumidouro no solo das próprias residências.

**As principais deficiências e necessidades são:**

Não existem estudos aprofundados que possam fornecer dados referentes à eficiência do atual sistema de esgotamento sanitário, mas o número de reclamações e constatações quanto a problemas oriundos desse sistema são poucos, porém, consideráveis, onde podemos destacar os seguintes:

- nos terrenos mais elevados e, em especial em dias de chuvas, pelo fato do solo ser bastante permeável e os terrenos mais elevados em relação a rua, ocorrem vazamentos de material do sumidouro que acabam se misturando às águas pluviais e escorrem pelas ruas, causando mau cheiro e procriando bactérias e insetos;

- Terrenos mais baixos e com solos mais argilosos apresentam problemas com a absorção dos resíduos, uma vez que praticamente não existe absorção por parte do solo, causando transbordamentos no sistema individual e acabando por despejar resíduos na drenagem pluvial;

- suspeita-se de algumas ligações clandestinas e despejo do esgoto in-natura nas redes coletoras de águas pluviais, causando contaminação e mau cheiro.

- o Estado está elaborando o Plano Estadual de Saneamento, sendo que nesse serão indicadas as melhores possibilidades para pequenos municípios.

### 7.3. – Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

O Município de São José do Inhacorá/RS tem implantado desde 2001 a coleta seletiva dos resíduos sólidos. O processo de implantação da coleta seletiva deu-se gradativamente, sendo um processo lento e trabalhoso, uma vez que o papel mais importante necessitava ser desempenhado pela sociedade, ou seja, a separação adequada teria de ser realizada por cada cidadão. Assim, ano após ano realizaram-se campanhas educativas, mostras e seminários no sentido de difundir a ideia e alcançar o sucesso. Dessa forma, hoje o município é referência em coleta seletiva, porém, o trabalho de conscientização continua, uma vez que ainda não alcançamos que a separação se torne algo cultural para todos os habitantes.

Nesse sentido, o município também tem feito a sua parte, fazendo o correto recolhimento e destinação dos resíduos. Na zona urbana a coleta seletiva é realizada três vezes por semana, sendo nas segundas-feiras e nas sextas-feiras recolhido os resíduos úmidos e nas quartas-feiras os resíduos recicláveis. Para área rural são realizadas 4 coletas de resíduos sólidos secos ao ano. O serviço é executado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito e o recolhimento realizado por meio de um caminhão caçamba de propriedade do Município.

As quantidades de resíduos sólidos recolhidos não mantêm uma média regular, variando de mês para mês, conforme podemos acompanhar no quadro abaixo:

**Quadro 6:** Quantidade de resíduos nos 3 primeiros meses de 2017.

<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>
Reciclável 4,63	Reciclável 4,01	Reciclável 11,19
Orgânico 7,16	Orgânico 8,14	Orgânico 11,28
<b>Total</b> <b>11,79</b>	<b>Total</b> <b>12,15</b>	<b>Total</b> <b>22,47</b>

Fonte: Dados Próprios.

O lixo seco é entregue para reciclagem na Cooperativa Vida. Os resíduos do lixo seco (após reciclagem) e orgânicos são destinados para a Companhia Rio-grandense de Valorização de Resíduos – CRVR, com a qual mantemos contrato.

Os resíduos relacionados aos Serviços de Saúde são recolhidos por empresa Especializada, Steicyele - Resíduos Sólidos de Saúde, contratada pelo Município, a qual a faz a coleta e dá a destinação adequada ao material. Cabe salientar que a empresa está devidamente licenciada e credenciada para execução de tais serviços, contratada para recolher até 200 litros/mês.

Os resíduos industriais e oriundos da prestação de serviços carecem ainda e, em muito, de uma fiscalização maior quanto a sua armazenagem, recolhimento e destinação. No entanto, algumas empresas já possuem sistemas gerenciamento corretos e destinação adequada.

Os resíduos da varrição de ruas, da limpeza de terrenos e da poda de árvores são depositados junto a terrenos do município para a decomposição e futuro reaproveitamento como fertilizante para ajardinamento de nossa bela cidade.

Entulhos de obras, quando existentes são recolhidos e usados como material de preenchimento em locais de realização de aterros.

#### **As principais deficiências e necessidades são:**

- Falta de Licenciamento ambiental das empresas, em especial das indústrias;
- Depósito de Resíduos Industriais em local e de forma inadequadas;
- Separação inadequada por parte da população dos resíduos secos e úmidos;

- Destinação inadequada para entulhos e resíduos da construção civil.

#### **7.4– Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana**

A área urbana do município de São José do Inhacorá/RS é composta 260,2485ha (duzentos e sessenta hectares e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados) e perímetro de 6.705,50(seis mil, setecentos e cinco metros e cinquenta centímetros),1Microbacia Hidrográfica (MBH) – Lajeado Jundiá, que integra a Bacia do Rio Inhacorá, que escoo toda água oriunda da drenagem urbana.

O sistema de recolhimento e escoamento é composto de tubos de concreto com diâmetros variados, indo de 40 cm até 100 cm, desembocando no lajeado Jundiá, o qual não é tubulado.

#### **As principais deficiências e necessidades são:**

Os maiores problemas residem na região mais baixa da cidade, onde a atual tubulação está trabalhando no nível máximo de sua capacidade de escoamento. Fato esse devido às obras de pavimentação asfáltica realizadas em vários setores da cidade que impermeabilizaram mais o solo e favorecem o recolhimento de maiores quantidades de água pluvial e aliada ao aumento de edificações registradas nos últimos anos.

### **8. - IMPACTOS SOBRE O ESTADO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO**

Os dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Saúde foram essenciais para a análise objetiva da situação sanitária local, assim como para a tomada de decisões e para a programação das ações de saneamento ambiental.

A busca por medidas de melhorias para a continuidade do bom estado de saúde da população reflete a preocupação do Município de São José do Inhacorá/RS com a situação local, principalmente no que tange ao acesso aos serviços, às condições dignas de vida e a fatores ambientais.

Nesse sentido, um dos indicadores que comprovam essa preocupação e o empenho realizado é o título de terra da Saúde, Educação e Longevidade, comprovado nos seguintes dados oficiais:

- Longevidade/expectativa de vida: 77 anos;
- IDH; 0,82
- IDESE: 0,77
- Mortalidade Infantil: 0;
- evasão escolar: 0%;
- Repetência: 0%;

Quanto à saúde da população, as informações obtidas junto Secretaria Municipal de Saúde indicam um inexpressivo número de internações e atendimentos hospitalares, devido a doenças infecto-contagiosas de veiculação hídrica ou provenientes da situação do esgotamento sanitário.

### **9. - PARÂMETROS PARA PLANEJAMENTO**

O prazo para as intervenções elencadas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico abrange um período de 20 anos, considerando-se:

- Metas de curto prazo: de 0 a 4 anos;
- Metas de médio prazo: de 5 a 10 anos;
- Metas de longo prazo: a partir de 11 anos a 20 anos.

### **10. - OBJETIVOS, METAS, INDICADORES, PROGRAMAS E PROJETOS**

A implantação real das ações a seguir descritas, em especial as que exigirem projetos e obras, terão seus custos reais definidos segundo cronograma físico-financeiro a ser elaborado a seu tempo. No entanto, as metas a serem especificadas abaixo para cada componente do saneamento básico apresentam cronogramas de ações a serem realizadas, distribuídos da seguinte forma:

- O que fazer;
- Quem faz;
- Até quando;
- Investimento previsto.

<b>O que fazer</b> Ação a ser realizada	<b>Quem faz</b> Responsabilidade	<b>Até quando</b> Prazo para execução	<b>Investimento previsto</b> Estimativa em R\$
--	-------------------------------------	--	---

### **10.1. – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

#### *10.1.1 – Objetivo:*

Universalização e melhorias do acesso da população ao sistema de abastecimento de água potável em todo o território municipal.

#### *10.1.2 – Metas:*

#### **Metas a serem realizadas a curto, médio e longo prazo:**

<b>O que fazer</b> Ação a ser realizada	<b>Quem faz</b> Responsabilidade	<b>Até quando</b> Prazo para execução	<b>Investimento previsto</b> Estimativa em R\$
Assegurar o atendimento de 100% da população urbana e rural do município com água tratada de qualidade.	<b>CORSAN MUNICÍPIO</b>	<b>100% atendimento com água encanada na propriedade Atingir 100% de água tratada até 2018.</b>	
Manter a qualidade da água, a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no atendimento à Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde.	<b>CORSAN MUNICÍPIO</b>	<b>Criar mecanismos que possam minimizar efeitos de contaminação que atinjam a qualidade da água. Perfurar novos poços até 2021.</b>	
Manter o fornecimento de água de maneira contínua e regular à população, restringindo os casos de intermitência no abastecimento apenas às situações de	<b>CORSAN MUNICÍPIO</b>		

necessária manutenção corretiva ou preventiva ao sistema.			
Implantar, em conjunto com a sociedade civil, um programa socioambiental visando incentivar o uso racional e consciente da água, visando sua preservação para futuras gerações.	<b>CORSAN MUNICÍPIO SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>Execução permanente</b>	
Execução de ampliação das redes urbanas de distribuição acompanhando a expansão das ruas e avenidas.	<b>CORSAN</b>	<b>Execução contínua</b>	<b>Investimento conforme projeto a ser elaborado</b>
Fiscalizar a implantação de redes de abastecimento em novos loteamentos.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Execução contínua</b>	
Implantar projetos de proteção dos mananciais, responsáveis pelo abastecimento de água à população.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Constante com ações educacionais, culturais e de conscientização social</b>	
Instituir, mediante lei municipal, edificações industriais e comerciais superiores a 400m <sup>2</sup> , sejam dotadas com projetos de captação e aproveitamento de água da chuva.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>A partir de 2018</b>	
Nos sistemas de abastecimento rurais, aprimorar o sistema de controle de	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Em 2018</b>	<b>15.000,00</b>

qualidade da água, e realizar o tratamento da água em todos os poços.			
---	--	--	--

## 10.1. - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

### 10.2.1 – Objetivos:

As intervenções recomendadas para o serviço de esgotamento sanitário serão para implantação de dois tipos de sistemas, cada qual obedecendo o prazo aqui estipulado:

### 10.2.2 – Metas:

**Metas a serem realizadas a médio e longo prazo:**

<b>O que fazer</b> Ação a ser realizada	<b>Quem faz</b> Responsabilidade	<b>Até quando</b> Prazo para execução	<b>Investimento previsto</b> Estimativa em R\$
Criação de Lei Municipal que exija de novas construções sistema completo de coleta e tratamento do esgoto sanitário, sistema este composto por filtro, fossa séptica e sumidouro e sua efetiva execução	<b>MUNICÍPIO</b>		
Incentivar implantação de sistemas individuais adequados e eficientes de esgotamento para todas as residências.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Imediato</b>	

## 10.3 – LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

### 10.3.1 – Objetivo:

As intervenções relacionadas da limpeza urbana se referem à coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos.

### 10.3.2 – Metas

**Metas a serem realizadas a curto, médio e longo prazo:**

<b>O que fazer</b> Ação a ser realizada	<b>Quem faz</b> Responsabilidade	<b>Até quando</b> Prazo para execução	<b>Investimento previsto</b> Estimativa em R\$
Programa de Educação Ambiental			

com ênfase na questão dos Resíduos Sólidos, em especial ao controle e a adequada separação.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Programa de coleta seletiva dos resíduos sólidos.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Recolhimentos no interior do município.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Manter o sistema de coleta de lixo hospitalar e eletrônico.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Fiscalizar a coleta e separação dos resíduos, inclusive instituindo sanções a quem descumprir o estabelecido.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Fiscalizar a destinação dos resíduos industriais e de serviços.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Ampliar o número de lixeiras no perímetro urbano.	<b>MUNICÍPIO</b>		
Elaborar plano de gerenciamento para resíduos da construção civil, resíduos da varrição de ruas, limpeza de terrenos e poda de árvores para uma adequada destinação.	<b>MUNICÍPIO</b>		
Aquisição de um caminhão (veículo) com maior capacidade e exclusivo para coleta seletiva dos resíduos.	<b>MUNICÍPIO</b>		

#### **10.4. – MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM URBANA**

##### *10.4.1. – Objetivos:*

As principais intervenções para a drenagem e manejo de águas pluviais foram definidas de acordo com a hierarquização dos problemas existentes.

*10.4.2. – Metas*

**Metas a serem realizadas a curto, médio e longo prazo:**

<b>O que fazer</b> Ação a ser realizada	<b>Quem faz</b> Responsabilidade	<b>Até quando</b> Prazo para execução	<b>Investimento previsto</b> Estimativa em R\$
Manter as condições hidráulicas das redes de drenagem existentes (desobstrução e limpeza).	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Realizar mapeamento, cadastro e levantamento topográfico das redes de drenagem existentes, canais e sangas afluentes do principal curso d'água que cruza o perímetro urbano.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>2018 a 2021</b>	
Projetar e dimensionar novas redes de drenagem e ampliação das existentes para contornar os problemas ocasionados pela deficiência hidráulica atual.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>A partir de 2018</b>	
Fiscalizar a devida implantação das redes em novos loteamentos.	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Contínuo</b>	
Canalizar as valas de escoação ainda sem canalização.	<b>MUNICÍPIO</b>		

**10.5. – Alternativas de gestão dos serviços**

Estão previstas alternativas institucionais para o exercício das atividades de planejamento, prestação de serviços, regulação, fiscalização e controle social, definindo órgãos municipais

competentes, sua criação ou reformulação do existente, devendo-se considerar as possibilidades de cooperação regional para suprir deficiências e ganhar economia de escala.

As definições estão previstas como elementos da Política de Saneamento Básico e deverão interagir com o Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como fiscalizar e acompanhar a sua execução.

#### **10.6. - Compatibilização das carências de saneamento básico com ações do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Consiste na compatibilização das disponibilidades e demandas futuras de serviços públicos de saneamento básico no município, identificando as alternativas de intervenção e de mitigação dos déficits e deficiências na prestação dos serviços, de forma a se estabelecerem os cenários alternativos.

A partir dos resultados das propostas de intervenção nos diferentes cenários, serão selecionados o conjunto de alternativas que promoverão a compatibilização quali-quantitativa entre demandas e disponibilidade de serviços. Tal conjunto se caracterizará como o cenário normativo objeto do PMSB.

A definição de política de acesso a todos ao saneamento básico, sem discriminação por incapacidade de pagamento de taxas ou tarifas, considerando a instituição de subsídio direto para as populações de baixa renda.

#### **10.7. - Hierarquização das áreas de intervenção prioritárias**

O Plano Municipal de Saneamento Básico de São José do Inhacorá/RS prevê a hierarquização das áreas de intervenção prioritárias, bem como todas as ações levantadas para resolução dos problemas de universalização do saneamento básico no Município.

As metas e os programas, projetos e ações do PMSB, sobretudo quando relacionados a investimentos, devem ser consolidados, naquilo que couber, a partir de critérios de hierarquização das áreas de intervenção prioritária conforme metodologia a ser definida a partir de indicadores sociais, ambientais, de saúde e de acesso aos serviços de saneamento básico do Município de São José do Inhacorá/RS

#### **10.8. – Da implementação e aplicação da tarifa social**

A tarifa social será aplicada para as unidades consumidoras classificadas na Subclasse residencial baixa renda, desde que atendam a pelo menos uma das condições:

- Seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou

- Também se enquadram no perfil as famílias que recebem o benefício de prestação continuada da assistência social (BPC), nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

- As famílias atendidas e acompanhadas pelas redes de proteção social básica e/ou proteção social especial da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, que estejam envolvidas em situações de riscos estruturais, riscos relacionais e riscos por ciclo de vida, com renda mensal de até 3 salários mínimos, mas que tenham acompanhamento técnico de avaliação sucinta sócio econômica apresentada a cada 6 meses.

- Também recebem o desconto famílias que tenham entre seus membros pessoas em tratamento de saúde portadoras de patologia cuja necessitam de acompanhamento dos técnicos da

saúde Secretária Municipal de Saúde e técnicos sociais da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, com renda mensal de até 3 salários mínimos, Ministério da Saúde que tenham acompanhamento técnico, de avaliação sucinta sócio econômica apresentada a cada 6 meses.

- A tarifa social será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

- Será disponibilizado ao responsável pela unidade familiar o respectivo número de identificação social – NIS acompanhado da relação dos NIS dos demais familiares, assim como parecer social com avaliação sucinta sócioeconômica de um técnico social de órgão federal, estadual ou municipal das famílias incluída em programas sociais no âmbito Federal, Estadual e Municipais.

#### **10.9. -Outros mecanismos complementares**

O Plano Municipal de Saneamento Básico contém os seguintes mecanismos complementares necessários para a sua implantação:

- Procedimentos e mecanismos para a compatibilização com as Políticas e os Planos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos;

- Análise da viabilidade social, econômica e ambiental da prestação dos serviços considerando os cenários, os objetivos, metas, programas, projetos e ações;

- Considerando os índices de saneamento no Município, prever um investimento adequado de recursos por parte do Município;

- Previsão do investimento de recursos no PPA, LDO e LOA do Município, de acordo com o previsto no PMSB.

#### **11. - PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES**

Os programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e metas propostos no Plano Municipal de Saneamento Básico, serão compatibilizados com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento e as formas de acompanhamento e avaliação e de integração entre si e com outros programa e projetos de setores afins. A programação das ações do PMSB deverá ser desenvolvida em duas etapas distintas: uma imediata ao início dos trabalhos, chamada de Programação de Ações Imediatas e a outra denominada de Programação das Ações resultantes do próprio desenvolvimento do Plano sendo desenvolvidas a curto, médio e longo prazo.

Integra também essa etapa, a programação de investimentos que contemplam ações integradas e ações relativas a cada um dos serviços, com a estimativa de valores, cronograma das aplicações, fontes de recursos, dentro da perspectiva de universalização do atendimento, com nível de detalhes diferenciados para cada etapa.

A revisão do plano, bem como os trabalhos de captação de recursos, deve dialogar com o Governo do Estado e o Governo Federal, para viabilizar os investimentos e custos necessários para a universalização do saneamento.

A criação de programas e ações alternativas com viabilidade econômica, de baixo custo e eficiência comprovada, também poderão ser incorporados e implantados.

Serão previstos também, através de Leis municipais, dotações orçamentárias específicas para a execução das atividades do Plano Municipal de Saneamento Básico.

#### **12.- AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS**

O objetivo essencial do Plano Municipal de Saneamento Básico é o correto atendimento à população com serviços públicos adequados e universais, nos termos da Lei Nacional de Saneamento Básico nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Situações emergenciais na prestação dos serviços previstos nesse PMSB podem ocorrer em decorrência do clima, funcionamento deficiente ou quebra de equipamento, desorganização ou greve de trabalhadores, caracterizando uma ocorrência temporária. As diretrizes para planos de racionamento e atendimento a aumento de demanda, diretrizes para integração com planos locais de contingência e regras de atendimento e funcionamento operacional para situações críticas na prestação de serviços, incluindo mecanismos tarifários de contingência, deverão ser elaboradas pelo Gestor Municipal, com auxílio dos Conselhos Municipais de Saúde e Meio Ambiente e Concessionária.

### **13. - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO PMSB**

Para a prestação de serviços das metas previstas nesse Plano, deverão ser observadas as técnicas e parâmetros legais, em especial, os princípios elencados no Art. 2º da Lei Federal 11.445/2007.

Cabe ao Gestor Municipal, junto aos Conselhos Municipais de Saúde e Meio Ambiente proceder avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações previstas, mediante ao acesso aos relatórios que compõe o monitoramento dos serviços prestados. É também de sua responsabilidade a elaboração de outros critérios de avaliação, de periodicidade destas e da observância da legislação ambiental.

A revisão periódica do Plano Municipal de Saneamento Básico não deve ocorrer em prazo maior a 4 (quatro) anos, sempre antecedendo à elaboração do Plano Plurianual (PPA). Fica, contudo, facultado sua alteração em prazo inferior, por solicitação do Gestor Municipal ou algum membro do Conselho Municipal de Saúde ou Meio Ambiente, com aprovação em reunião pelos mesmos. A participação popular fica assegurada por meio de audiências públicas e conferências municipais, sempre quando da necessidade de alterações e revisões no Plano. Os estudos e projetos técnicos visando o atendimento às intervenções sugeridas neste plano comporão anexos desse PMSB.

### **14 – SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO**

O Município de São José do Inhacorá/RS criará um Link dentro de sua página Institucional ([www.sjnhacora.com.br](http://www.sjnhacora.com.br)) intitulado Saneamento Básico, que servirá de programa de gerenciamento de informações de Saneamento Básico. O mesmo deverá ser implantado ainda em 2018. Esse sistema deverá ser alimentado periodicamente para que o PMSB possa ser avaliado, possibilitando verificar a sustentabilidade da prestação dos serviços de saneamento básico no município.

O sistema deverá conter um banco de informações acerca de cada quesito do saneamento para a visualização da situação de cada serviço ofertado no município. Com isso, será possível identificar os problemas e auxiliar a tomada de decisão em tempo hábil, para a resolução dos problemas relacionados com os serviços de saneamento básico.

O Site com as Informações sobre o Saneamento Básico deverá conter indicadores de fácil obtenção, apuração e compreensão e confiáveis do ponto de vista do conteúdo e fontes. Devem ser capazes de medir objetivos e metas e contemplar os critérios analíticos da eficácia, eficiência e efetividade da prestação dos serviços. Deverá, por fim, contemplar as funções de gestão: planejamento, prestação, regulação, fiscalização e o controle social.

## **15. APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Após elaboração do Diagnóstico e Prognóstico, peças que formam o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São José do Inhacorá/RS, foi realizada uma audiência pública no dia 20 de junho de 2017, em evento formal, que discutiu ampla e democraticamente o Plano com os diversos segmentos da sociedade, de forma a proceder a sua aprovação.

Para que o Plano Municipal de Saneamento Básico passe a se constituir em um instrumento de política pública, o Executivo Municipal encaminhará para aprovação na Câmara Municipal de Vereadores, conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

A execução do PMSB é de responsabilidade das diversas instituições do município, inclusive delegatórias da prestação e da regulação e fiscalização dos serviços. O acompanhamento e avaliação de sua execução ficam a cargo da instância ou organismo instituído ou designado para esse fim no próprio processo de construção do PMSB.

## **16- ANEXOS**

- Cópia Portaria de nomeação da Comissão Gestora – Grupo de Trabalho;
- Cópia de Atas e relatório de Audiência Pública realizada;
- Cópia de Minuta de Projeto de Lei.